

Aposentadoria da pessoa submetida a condições prejudiciais à saúde

**PEC 6/2019 –
Reforma da Previdência**



Sindicato Nacional dos
Auditores Fiscais do Trabalho

Conceito

Benefício devido ao segurado que, durante 15, 20 ou 25 anos de serviços consecutivos ou não, em uma ou mais empresas em caráter permanente expuseram-se a agentes nocivos, físicos, químicos e biológicos, em **níveis além da tolerância legal, sem utilização eficaz de EPI ou em face de EPC insuficiente.**

**ASPECTOS
DE SST**

**AMBIENTE DE
TRABALHO**

Conceito

Art. 65. Considera-se **tempo de trabalho permanente** aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço. (Redação dada pelo Decreto nº [8.123](#), de 2013).

Suma importância: natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição – quantificar o grau de nocividade do agente.

TRABALHO e PREVIDÊNCIA

- Trabalhador e Segurado-Empregado = **mesma pessoa.**
- Reforma Trabalhista, Terceirização e Reforma da Previdência – **precarizam o trabalhador.**

Realidade



Realidade



Realidade



Realidade



Realidade



Agentes Nocivos – Definição do INSS

- **Físico** - Os ruídos, as vibrações, o calor, as pressões anormais, as radiações ionizantes, etc.
- **Químicos** - Os manifestados por névoas, neblinas, poeiras, fumos, gases, vapores de substâncias nocivas presentes no ambiente de trabalho, absorvidos pela via respiratória, bem como aqueles que forem passíveis de absorção por meio de outras vias;
- **Biológicos** – Os micro-organismos como bactérias, fungos, parasitas, bacilos, vírus, etc.
- **Associação de agentes** - Mineração subterrânea, cuja atividade seja permanente em subsolo de mineração frente à produção.

Agentes Nocivos – Prevenção

- Consideram-se **Riscos Ambientais** os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador.
- A disciplina que estuda os agentes de riscos ambientais é a *Higiene Ocupacional*, e na legislação brasileira se dá através do **Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA (NR 09)**.
- O PPRA tem por finalidade antecipar, reconhecer, avaliar e, conseqüentemente, controlar as ocorrências de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho quais sejam, os agentes físicos, químicos e biológicos que, em **função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, sejam capazes** de causar danos à saúde dos trabalhadores.

Reforma Trabalhista e Terceirização

- Desconsiderar tempo de jornada como atributo de SST.
- Aumento e descontrole da jornada de trabalho.
- Aumento da exposição inconsciente em virtude da diminuição de capacitação em SST – terceirização e contratos precários (intermitente).
- Trabalho da mulher gestante/lactante em local insalubre.
- Aumento da informalidade e da exposição desprotegida – negócios e relações informais de trabalho.

Comprovação da Exposição aos Agentes Nocivos

- A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos é feita mediante formulário denominado Perfil Profissiográfico Previdenciário, **emitido pela empresa ou seu preposto**, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho, expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho.
- A **empresa é obrigada** a fornecer os equipamentos de proteção individual denominado (EPI) e o coletivo denominado (EPC), certamente o fornecimento desses equipamentos de proteção que devem estar previsto no laudo técnico não tem o condão de afastar a nocividade do trabalho.

Eficácia do EPI

- No que tange a **eficácia do EPI**, embora em muitos casos o seu uso neutralize e proteja o trabalhador, em outros podemos verificar que mesmo utilizando **não é possível elidir 100%**, ou seja, sua eficácia não é plena, sendo cada vez mais necessária uma proteção maior no maquinário (EPC), de forma a evitar ambientes inadequados de trabalho.

Julgamento do ARE 664.335 no Supremo Tribunal Federal:

- “Na hipótese de exposição do trabalhador a ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador, no âmbito do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), no sentido da eficácia do Equipamento de Proteção Individual - EPI, não **descaracteriza** o tempo de serviço especial para aposentadoria.”

O cerne do debate se dá na verificação das condições de segurança e saúde do trabalho oferecidas os trabalhadores, que **devem ser fiscalizadas pela Inspeção do Trabalho.**

O conjunto normativo vigente, que existe para prevenir acidentes e adoecimentos de trabalhadores, está estabelecido por meio da **Normas Regulamentadoras de SST.**

A Auditoria-Fiscal em Segurança e Saúde no Trabalho (SST) **promove o trabalho seguro e previne acidentes e doenças laborais** por meio de fiscalizações de ambientes de trabalho (**priorizando atividades econômicas de maior risco**), por meio de análise das causas de acidentes graves e fatais e por meio da participação na edição de Normas Regulamentadoras (NRs), realizadas de forma tripartite (participam empregadores, trabalhadores e governo).

Normas Regulamentadoras de SST

- Criadas pela Lei 6.514/77, as Normas Regulamentadoras estão previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em título específico. Resultam de cuidadoso trabalho técnico tripartite e regulamenta a Segurança e a Medicina do Trabalho em diversos setores.
- Ao longo dos anos, novas NRs foram criadas e outras atualizadas.
- De acordo com o governo, a primeira alteração, prevista para ocorrer até junho/19, será na NR 12. A norma trata de segurança do trabalho em máquinas e equipamentos. O texto da norma sofreu a última alteração em dezembro de 2018.

Normas Regulamentadoras de SST

Além da NR 12, em um primeiro momento, a revisão atinge mais oito normas regulamentadoras: 1, 2, 3, 9, 15, 17, 24 e 28.

- NR 1: segurança e medicina do trabalho;
- NR 2: inspeção prévia;
- NR 3: embargo e interdição constatados a partir da constatação de situação de trabalho que caracterize risco ao trabalhador;
- **NR 9: prevenção de riscos ambientais;**
- NR 15: atividades e operações insalubres;
- NR 17: ergonomia no ambiente de trabalho;
- NR 24: condições sanitárias e conforto no local de trabalho;
- NR 28: fiscalização e penalidade.

Normas Regulamentadoras de SST

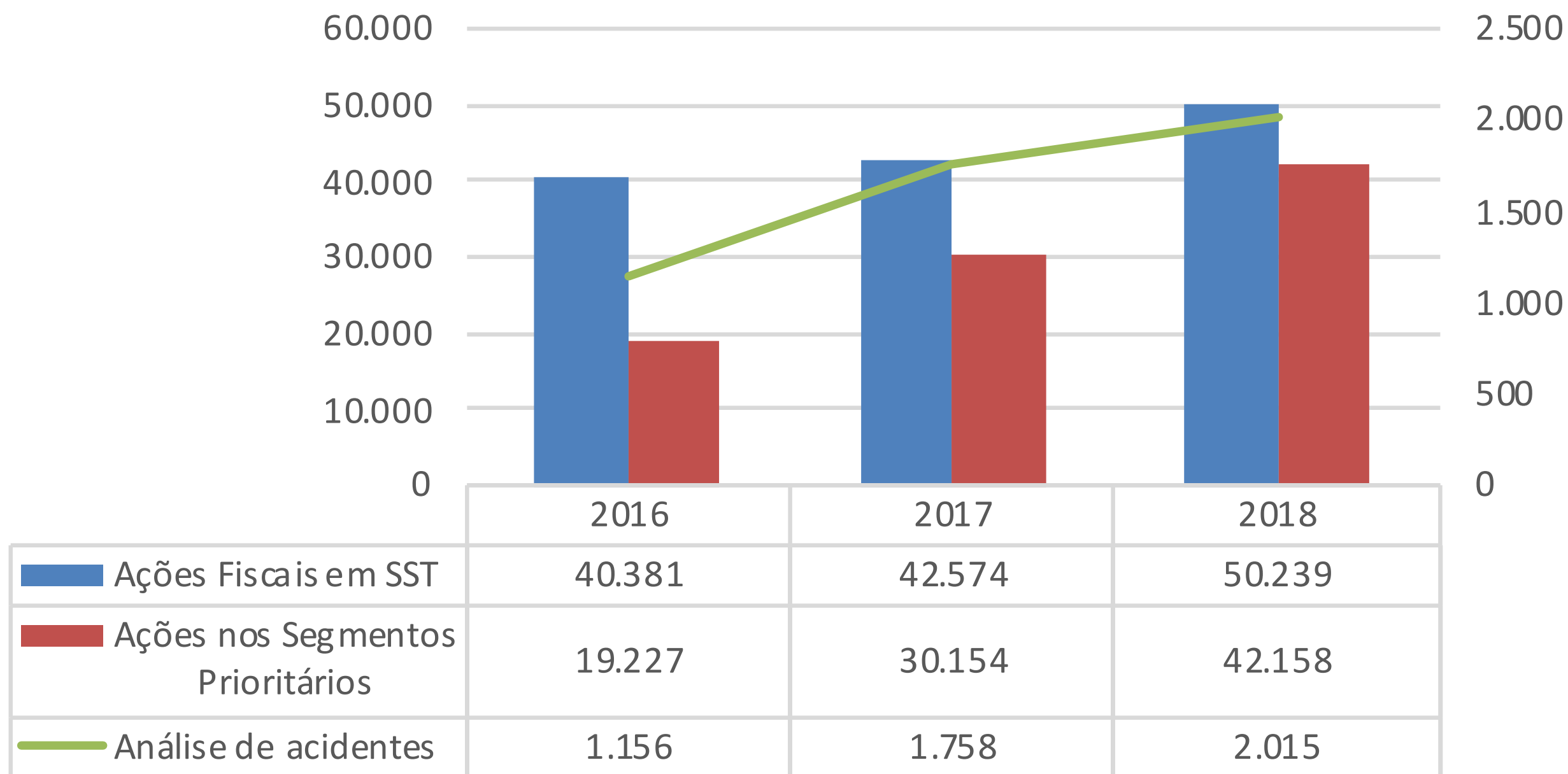
- O Brasil figura no cenário internacional como o 4o país do mundo em números de acidentes de trabalho.
- Entre 2012 e 2018 ocorreram no país cerca de 4.738.886 acidentes de trabalhos notificados – sendo 17.315 com óbito -, o que corresponde à média de um acidente de trabalho a cada 49 segundos (MPT).
- entre 2012 e 2018, 370.174.000 dias de afastamento previdenciário, impondo à Previdência Social custos na ordem de R\$ 83 bilhões de reais em benefícios acidentários.
- Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os acidentes e doenças de trabalho resultam na perda anual de 4% do Produto Interno Bruto, percentual que, no Brasil, corresponde a R\$ 264 bilhões, considerando o PIB de 2017.

Normas Regulamentadoras de SST - Fiscalização

Resultados da Fiscalização - 1996 a 2016 MÉDIA ANUAL		
Ações Fiscais em SST	143.115	
Vínculos/Trab Alcançados	16,5 milhões	
Itens de SST Verificados	852.000	
Itens de SST Regularizados	519.000	61%
Itens de SST Notificados	101.000	12%
Itens de SST Autuados	49.000	6%

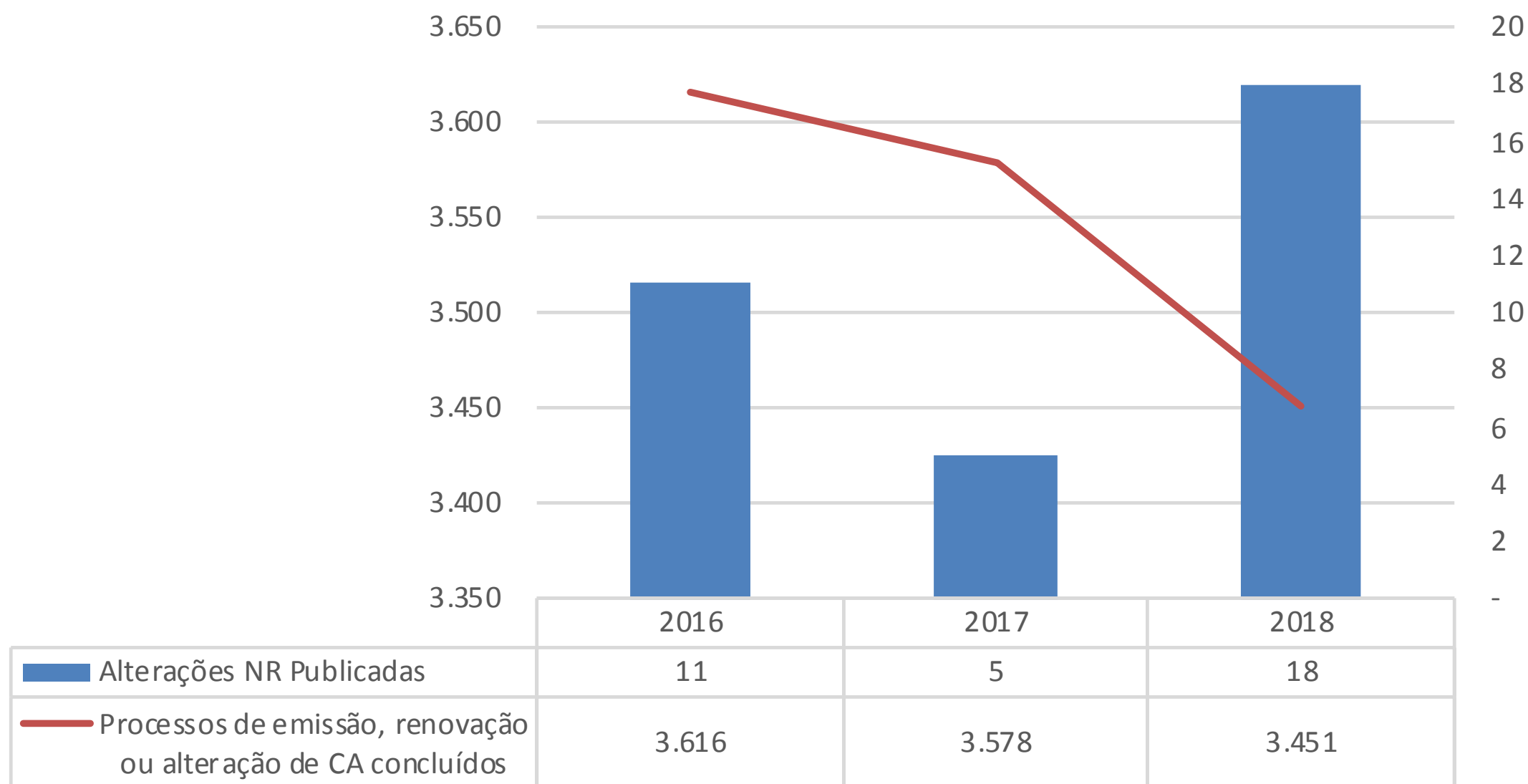
Normas Regulamentadoras de SST - Fiscalização

Fiscalizações de Segurança e Saúde no Trabalho



Normas Regulamentadoras de SST - Fiscalização

Quantidade de Normas Regulamentadoras (NR)
Publicadas e Certificados de Aprovação de EPI
Emitidos, Renovados ou Alterados



Regras Atuais

- Sem idade mínima;
- Três modalidades: 15, 20 ou 25 anos;
- Necessário comprovar exposição permanente a agentes agressivos prejudiciais à saúde ou à integridade física;
- Tem custeio específico pago pela empresa, por expor o trabalhador a agentes nocivos (e que não se fiscaliza/cobra)

Regras da PEC 6/19 – Regras de Transição

- Exige efetiva exposição aos agentes nocivos;
- Veda expressamente o enquadramento por categoria profissional e por periculosidade;
- Conversão só será permitida até a publicação da emenda;
- LC poderá estabelecer critérios de idade mínima e tempo de contribuição;
- Altera o cálculo do benefício: 60% + 2% por ano que ultrapassar 20 anos de tempo.
- Passa a exigir idade mínima (15-55; 20-58; 25-60).

Regras da PEC 6/19 – Regras de Transição

IDADE MÉDIA DOS TRABALHADORES QUE SE APOSENTAM PELA ESPECIAL

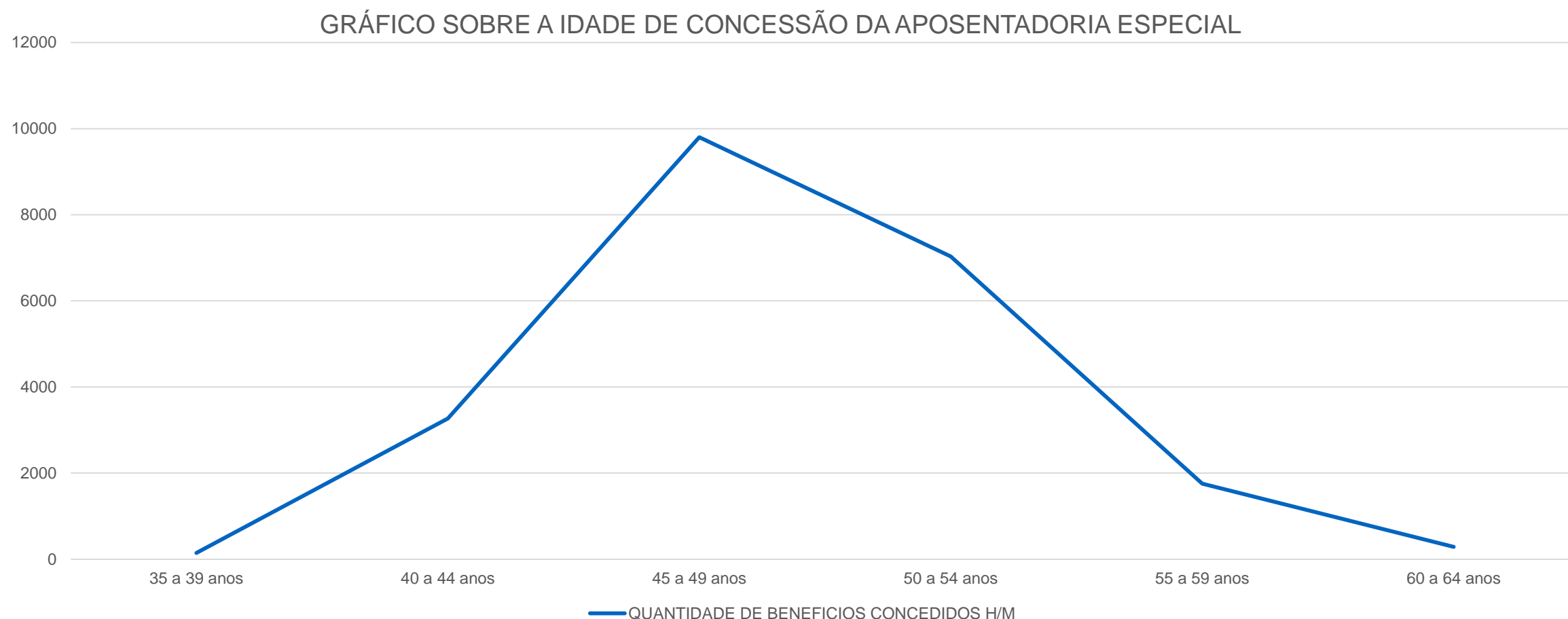


Gráfico elaborado pela autora, a partir dos dados extraídos do endereço eletrônico:
<http://www3.dataprev.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi>, acesso em 14/04/2019. Nota
Técnica IBDP.

Efeitos sobre a prevenção de acidentes e adoecimentos no trabalho - MP 870/2019*

* Combinada com Decreto nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019 e Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019

PRELIMINAR: Extinção do Ministério do Trabalho - fragmentação de algumas de suas funções para o Ministério da Economia, Ministério da Justiça e Ministério da Cidadania. Fragilização do Sistema de Administração do Trabalho.

- Rebaixamento notável da estrutura colocada (40% dos cargos) à disposição da Autoridade Central em matéria de Inspeção do Trabalho, prevista no art. 4.1, da C. 81. Do segundo para o quarto escalão e respectiva mudança para Subsecretaria de Inspeção do Trabalho.
- Retirada de competências da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SST, acordos internacionais, proposições legislativas, Recursos, Normatização de SST, entre outras).

Efeitos sobre a prevenção de acidentes e adoecimentos no trabalho - MP 870/2019*

* Combinada com Decreto nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019 e Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019

- Ao migrar tanto a **Coordenação-Geral de Recursos (CGR)** quanto a **Coordenação de Normatização** para fora do domínio administrativo da Inspeção do Trabalho, operação realizada tanto pela MP 870 quanto pelos seguintes Decretos, o governo federal está justamente **dispersando normas e políticas públicas** que deveriam estar centralizadas sob a responsabilidade da Autoridade Central em matéria de Inspeção do Trabalho, inclusive a de Normatização em SST.

Membros da OCDE* e Trabalho

* Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

	Convenção 150 OIT	Convenção 81 da OIT	Administração Pública do Trabalho
Alemanha	26 Fev 1981	14 Jun 1955	https://www.bmas.de/EN/Home/home.html
Australia	10 Set 1985	24 Jun 1975	https://www.jobs.gov.au/
Bélgica	21 Out 2011	05 Abr 1957	http://www.employment.belgium.be/home.aspx
Coreia do Sul	08 Dez 1997	09 Dez 1992	https://www.moel.go.kr/english/main.jsp
Israel	07 Dez 1979	07 Jun 1955	https://www.btl.gov.il/English%20Homepage/Mediniyut/links/Israel/Government/Pages/Industry.aspx
Itália	28 Fev 1985	22 Out 1952	https://www.lavoro.gov.it/Pagine/default.aspx
Reino Unido	19 Mar 1980	28 Jun 1949	https://www.gov.uk/government/organisations/department-for-work-pensions

- 32 países da OCDE ratificaram a Convenção 81 e 20 a Convenção 150 da OIT.

- **ILO. OECD and World Bank.** G20 labour markets: outlook, key challenges and policy responses. Report prepared for the G20 Labour and Employment Ministerial Meeting Melbourne, Australia, 10-11 September 2014
- **OECD/William Tompson (2010),** "Reform beyond the crisis", in: Making Reform Happen: Lessons from OECD Countries, OECD

Membros da OCDE* e Trabalho

* Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

- A desestruturação administrativa proposta certamente distanciará o Brasil da reorganização de seu mercado de trabalho e causará danos de difícil reversão, tanto no curto, quanto no médio e longo prazo.
- É importante reconhecer que a crise mundial de 2008, assim como a evolução tecnológica impulsionada pela indústria 4.0, impactaram profundamente as relações de trabalho na atualidade. Esse novo ciclo econômico determinou desafios robustos de natureza não apenas econômica, mas também política, social e jurídica.

Membros da OCDE* e Trabalho

* Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

- Conclusões de estudos da OCDE sobre os impactos da crise nos mercados de trabalho, alguns elaborados em parceria com o Banco Mundial e a OIT, com vistas a subsidiar encontros de ministros do trabalho e emprego dos Estados-membros. “Os ambiente pós-crise envolvem as seguintes características:
 1. O crescimento dos salários tem ficado significativamente aquém do crescimento da produtividade na maioria dos países do G20, enquanto a desigualdade salarial e de rendimentos continua alta ou aumentou.
 2. Os salários reais estagnaram, ou até caíram, para muitas das economias avançadas do G20.
 3. Nas economias emergentes do G20, altos níveis de subemprego e informalidade estão limitando tanto a produção atual quanto a produtividade futura.”

Membros da OCDE* e Trabalho

* Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

- A imensa maioria dos Estados-membros **buscou reforçar o Sistema de Administração do Trabalho**, fornecendo-lhe novas atribuições para abordar adequadamente os desafios econômicos advindos de um ambiente ainda volátil, bem como adaptá-los às novas tecnologias.
- Em outros contextos, minoritários, procurou-se aglutinar políticas públicas de promoção do empreendedorismo debaixo da mesma estrutura administrativa em que se promovem relações de trabalho e empregabilidade.
- **No geral, entretanto, reforçou-se a estrutura da administração e da inspeção do trabalho, conforme haviam sugerido os organismos internacionais.**

Membros da OCDE* e Trabalho

* Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

A imensa maioria dos países membros da OCDE procurou **adaptar seus organismos administrativos** relacionados com as políticas públicas de geração de empregos, **promoção de melhores condições de trabalho** e ocupação no sentido de **prepará-los para o futuro do trabalho** e, ao mesmo tempo, **reforçando suas instituições** para que pudessem enfrentar um mercado de trabalho volátil.

Membros da OCDE* e Trabalho

* Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

No caso das economias em transição, como o Brasil, a tendência a um crescimento da economia informal **clama ainda mais** por reforço na estrutura do sistema de administração do trabalho.

Obrigado!